



PODER JUDICIÁRIO  
Justiça do Trabalho  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

XIX CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

1ª PROVA - CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª ETAPA - 03.02.96

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL .

I N S T R U Ç Õ E S

- 1.- Verifique se este caderno de prova contem 50 (cinquenta) questões .
- 2.- Cada questão possui apenas uma alternativa correta .
- 3.- Use somente caneta esferográfica azul ou preta .
- 4.- Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato .
- 5.- São proibidas quaisquer consultas .
- 6.- Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova .

Duração da Prova : 04 horas

Boa Sorte.

COMISSÃO DO CONCURSO:

Juiz RUBENS TAVARES AIDAR - Presidente

Juiz HELDER ALMEIDA DE CARVALHO

Dr. CÁSSIO MESQUITA BARROS JUNIOR - Membro da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA:

Juiz FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Presidente

Juiz AMADOR PAES DE ALMEIDA

Dr. ELI ALVES DA SILVA - Membro da OAB

PROCESSO DO TRABALHO

- 1 - Dissídio Individual. Juízo de primeiro grau rejeitou o pedido de declaração de vínculo empregatício. A parte recorreu, o vínculo foi declarado em segundo grau ao mesmo tempo em que devolveu os autos à Junta de origem para julgamento de matéria meritória. Prolatada a sentença dando pela procedência, a reclamada recorre. Conseqüências:
  - a) com o recurso devolve-se toda a matéria à instância recursal que poderá inclusive rejeitar o vínculo empregatício.
  - b) no recurso somente se discutirá a matéria relativa ao vínculo se expressamente prequestionada.
  - c) a matéria relativa ao vínculo empregatício somente restaria devolvida a instância recursal se o primeiro grau houvesse declarado o vínculo.
  - d) a matéria não poderá ser discutida.
  
- 2 - "A" ajuíza ação cautelar contra "B" objetivando o arresto de bem. "B" contesta e argui prescrição da ação principal. Ao julgar a ação o juízo acolheu a prescrição. Sabendo-se que dessa decisão a parte não recorreu, indicar a alternativa correta:
  - a) a matéria prescrição somente poderia ser arguída na ação principal.
  - b) correta a decisão, mas não impede o ajuizamento da ação principal.
  - c) a decisão proferida na cautelar firma a preclusão "pro-iudicato", todavia não impede a propositura da ação principal.
  - d) a decisão cautelar fez coisa julgada e se traduz em óbice à propositura da ação principal.
  
- 3 - Empresa Pública Municipal que explora o ramo empresarial de transporte foi acionada e sucumbiu parcialmente. Conseqüências no tocante ao duplo grau de jurisdição, sabendo-se que o valor da causa é inferior a dois salários mínimos, mas existe matéria constitucional.
  - a) o duplo grau de jurisdição não seria devido, ainda que houvesse alçada, em nada aproveitando a existência de matéria constitucional.
  - b) ainda que houvesse a alçada não teria direito ao duplo grau de jurisdição.
  - c) o duplo grau de jurisdição é devido em face da existência de matéria constitucional que não encontra óbice na alçada.
  - d) não tem direito ao duplo grau de jurisdição por não existir alçada.

- 4- Ação de cumprimento. Abrangência:
- a) sentença normativa, acordo coletivo e convenção coletiva.
  - b) sentença normativa e convenção coletiva.
  - c) sentença normativa e acordo coletivo.
  - d) sentença normativa.
- 5- Em audiência una, a ré não impugnou o valor da causa por ocasião da defesa, mas dada a palavra para aduzir razões finais impugnou o valor dado à causa a qual não foi acolhida pelo juízo. Conseqüências:
- a) correto o juízo, posto que o momento processual correto seria a defesa, consumando-se a preclusão, nada mais podendo discutir.
  - b) poderá a matéria ser discutida através de preliminar em recurso ordinário.
  - c) poderá a parte pedir revisão da decisão ao Presidente do TRT.
  - d) poderá a parte usar de ação cautelar incidente a qual deverá ser decidida pelo juízo, posto que a preclusão não impede o direito de ação.
- 6- Da conciliação e da transação. Diferenças.
- a) a transação tem origem com as partes e é realizada fora do juízo ou em juízo. A conciliação tem origem em juízo, por iniciativa do juiz, seguindo-se o acordo de vontades.
  - b) transação e a conciliação têm origem por iniciativa das partes, fora do juízo.
  - c) a transação e a conciliação têm origem em juízo por iniciativa das partes.
  - d) transação tem origem com as partes e é realizada fora do juízo. Conciliação tem origem em juízo.
- 7- Na audiência marcada para instrução, o advogado não compareceu, mas apenas o reclamante. Terminada a produção de provas de audiência, o juízo nomeou perito para levantamento de insalubridade, ocasião em que a empresa também indicou o seu assistente. Dado prazo para que as partes apresentassem quesitos, o advogado do reclamante arguiu a suspeição do perito do juízo e do assistente técnico da reclamada, por motivos pessoais, decorridos 10 dias da nomeação.
- a) a arguição deveria ser lançada em audiência, mas só contra o assistente técnico.
  - b) a arguição pode ser lançada a qualquer tempo contra o perito do juízo e contra o assistente técnico.
  - c) a arguição pode ser lançada contra o perito do juízo somente, não contra o assistente técnico, no prazo de dez dias.

- d) por motivos pessoais o advogado não pode arguir suspeição.
- 8- Contrato de mais de ano entre o empregado "A" e a Prefeitura foi rescindido sem a devida homologação. Consequências.
- a) o pagamento feito sem homologação é válido para todos os efeitos, competindo ao autor a prova em contrário.
  - b) a ausência de homologação não desnatura o ato, desde que a Prefeitura comprove o pagamento.
  - c) a ausência de homologação torna o ato nulo por ausência de formalidade essencial, sendo defeso à Prefeitura fazer qualquer prova de pagamento.
  - d) a ausência de homologação torna sem efeito o ato, devendo pagar novamente.
- 9- Decisão proferida pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho contra Tribunal Regional do Trabalho. Pergunta-se: Tribunal poderá recorrer?
- a) - Tribunal, embora tenha personalidade jurídica e processual, não pode recorrer de decisão proferida em correição parcial (princípio da hierarquia).
  - b) - Tribunal não pode recorrer porque não possui personalidade jurídica.
  - c) - Tribunal poderá recorrer ordinariamente.
  - d) - Tribunal poderá recorrer regimentalmente.
- 10- Agravo de instrumento. Interposição contra despacho que não recebeu agravo de petição. Consequências:
- a) não suspende a execução.
  - b) suspende a execução.
  - c) o juiz poderá sobrestar a execução sem motivar.
  - d) o juiz poderá sobrestar a execução em se tratando de obrigação de fazer.

### DIREITO DO TRABALHO

- 11- Bancário. Qual a situação dos empregados de portaria e de limpeza em relação à jornada de trabalho?
- a) são categorias diferenciadas sujeitas à jornada normal que não a dos bancários.
  - b) são empregados bancários excepcionados de regime especial.
  - c) são empregados bancários sujeitos ao regime especial.
  - d) são categorias não diferenciadas sujeitas à jornada normal que não a dos bancários.
- 12- Contrato individual de trabalho. Trabalho temporário com estrangeiro com visto provisório de permanência no país. Indi -

car alternativa correta:

- a) não pode ser contratado.
  - b) pode ser contratado desde que o contrato esteja contido naquele prazo de permanência.
  - c) pode ser contratado desde que seja trabalho técnico e especializado.
  - d) pela nova Carta Política o estrangeiro tem os mesmos direitos e proteção dos nacionais.
- 13- Contrato de trabalho temporário. Prazo no regime rural.
- a) máximo de 60 dias.
  - b) máximo de 90 dias, podendo ser prorrogado com autorização do Ministério do Trabalho.
  - c) de conformidade com a exigência, desde que não ultrapasse dois (02) anos.
  - d) o rurícola não poderá ser contratado de forma temporária.
- 14- Empregado que não possui Carteira de Trabalho e Previdência Social pretende ser contratado por empregador situado em São Paulo. Indicar alternativa correta:
- a) poderá ser contratado e terá o prazo de 30 dias para conseguir a "CTPS".
  - b) poderá ser contratado e terá o prazo de 60 dias para conseguir a "CTPS".
  - c) poderá ser contratado e terá o prazo de 30 dias para conseguir a "CTPS". E se for dispensado sem haver conseguido a Carteira, o empregador fornecerá histórico onde conste a relação empregatícia.
  - d) não poderá ser contratado.
- 15- O princípio da unidade sindical consiste:
- a) em que, dentro de mesmo território, somente um sindicato represente uma determinada categoria.
  - b) em que, dentro do mesmo território, um ou mais sindicatos não atuem em nome do mesmo grupo (categoria profissional ou econômica).
  - c) em que, dentro do mesmo território, um ou mais sindicatos atuem em nome do mesmo grupo ( categoria profissional ou econômica)
  - d) em que, dentro do mesmo território, atue somente aquele sindicato constituído há mais tempo, não havendo lugar para um segundo sindicato.
- 16- Salário por empreitada. Remuneração diária do trabalhador.
- a)- de conformidade com o pactuado (pacta sunt servanda)
  - b)- proporcional ao trabalho executado.

- c) - garantido o salário mínimo regional.
  - d) - remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo por dia normal.
- 17- Faltas ao serviço. Empregado que teve sua prisão preventiva decretada e permaneceu afastado do emprego por 90 dias. Conseqüências, sabendo-se que fora posteriormente absolvido.
- a) - o tempo será contado normalmente para todos os efeitos legais.
  - b) - o tempo não será contado para nenhum efeito legal.
  - c) - o tempo será contado apenas para efeitos de férias.
  - d) - o tempo será contado apenas para efeitos indenizatórios.
- 18- Serviço militar obrigatório. Tempo anterior ao serviço militar e contagem para a concessão de férias.
- a) - o tempo anterior será contado, desde que o empregado retorne ao emprego.
  - b) - o tempo anterior será contado, desde que o empregado retorne ao emprego dentro de 30 dias da baixa.
  - c) - o tempo anterior será contado, desde que o empregado retorne ao emprego dentro de 60 dias da baixa.
  - d) - o tempo anterior será contado, desde que o empregado compareça ao estabelecimento dentro de 90 dias da data em que se verificar a respectiva baixa.
- 19- Trabalho de menor. Menor aprendiz em regime familiar penoso, perigoso e insalubre.
- a) o menor aprendiz, enquanto tal, está proibido de trabalhar em lugar insalubre, perigoso ou penoso.
  - b) o menor aprendiz não está proibido de trabalhar em lugar insalubre, perigoso e penoso.
  - c) o menor aprendiz, com menos de 14 anos, está proibido de trabalhar em lugar insalubre, perigoso ou penoso.
  - d) o menor aprendiz, com menos de 16 anos, está proibido de trabalhar em lugar insalubre, perigoso e penoso.
- 20- Bancário. Duração normal de trabalho está compreendido entre:
- a) 7 e 22 horas
  - b) 8 e 24 horas
  - c) 8 e 18 horas
  - d) 8 e 20 horas

- 21 - Artigos de Atentado. Pressupostos.
- a) que exista ação pendente
  - b) que exista ação pendente e que a parte passe a inovar no estado fático.
  - c) que exista ação pendente, que a parte passe a inovar no estado fático e que o réu já tenha sido citado.
  - d) o crime de atentado está previsto no Código Penal e somente se tipifica nas ações penais públicas incondicionadas.
- 22 - "A" move ação contra ente autárquico e a ação fora julgada procedente. O juízo de primeiro grau não usou da remessa de ofício, disso não dando conhecimento ao ente público e este não usou do recurso voluntário. Decorridos dois (02) anos, "A" requer a execução do julgado, ocasião em que apresentou memória discriminada de cálculos. Indicar alternativa correta:
- a) a simples memória discriminada não autoriza a citação do ente público que goza de presunção de veracidade. Tem direito ao contraditório mediante impugnação de cálculos.
  - b) a execução somente será possível após o pronunciamento do tribunal.
  - c) face ao princípio da indisponibilidade deverá o ente público usar do juízo rescindendo e rescisório.
  - d) decorridos dois anos deve o poder público pleitear a prescrição da execução.
- 23 - Rescisória. De conformidade com o art. 490-I, do CPC, a petição inicial será indeferida "nos casos previstos no art. 295" do CPC. Sabe-se que o art. 295, IV, refere-se também à "decadência". Em tendo sido indeferida a inicial, pergunta-se: após decorrido o prazo de 30 dias caberá algum remédio processual? Em caso positivo, qual?
- a) - em sendo o ato de arquivamento arbitrário, a parte prejudicada poderá fazer uso do mandado de segurança.
  - b) - o ato de arquivamento não transita em julgado e poderá ser atacado a qualquer momento através de agravo regimental.
  - c) - em sendo simples ato monocrático do relator, cabível é a ação anulatória.
  - d) - nesse caso, terá cabimento a ação rescisória.
- 24- Ajuizada ação. o réu cria dificuldades para receber citação, obrigando a que a citação se faça através de oficial e por hora certa. Na data designada para oferecer defesa o réu não compareceu e foi considerado revel. Indicar alternativa cor-

reta:

- a) - o juiz estará obrigado a dar curador especial ao revel.
- b) - o juiz não estará obrigado a dar curador especial ao revel, posto que a revelia é ato de desinteresse da parte.
- c) - o juiz somente estaria obrigado a dar curador especial se a citação houvesse sido feita por edital.
- d) - o juiz somente estaria obrigado a dar curador especial se a citação houvesse sido feita por edital ou se tratasse de réu preso.

25- MANDADO DE SEGURANÇA. "A" interpõe "MANDAMUS" contra a autoridade "B". A segurança fora denegada por insuficiência de prova. Conseqüências processuais:

- a) a decisão prolatada não fez coisa julgada.
- b) a decisão prolatada fez coisa julgada.
- c) a decisão proferida em mandado de segurança nunca transita em julgado
- d) a decisão proferida em mandado de segurança sempre faz coisa julgada.

26- "A" propôs ação contra "B" e na audiência em que depôs foi levado a confessar algo por dolo da parte contrária. Antes do encerramento da instrução probatória "A" faleceu. Houve habilitação incidente da viúva. Qual a alternativa correta para revogar a confissão, sabendo-se que também tinha filhos menores impúberes.

- a) - a viúva poderá ajuizar ação anulatória.
- b) - a viúva juntamente com filhos menores poderão ajuizar ação anulatória.
- c) - a viúva juntamente com os filhos, estes devidamente representados por curador ou pelo Ministério Público, poderão ajuizar ação anulatória.
- d) - nenhuma das alternativas.

27- Da conexão. Da continência. Elementos estruturais. Indicar a alternativa correta:

- a) exigem as mesmas partes e os objetos serão iguais para a conexão e mais amplos para a continência.
- b) exigem as mesmas partes e objetos mais amplos para a conexão e objetos iguais para a continência.
- c) não exigem as mesmas partes, mas o objeto da continência será mais amplo e o da conexão igual ao da outra ação.
- d) haverá conexão desde que presentes duas ações - com a mesma causa de pedir ou com o mesmo objeto. A continência exige a presença das mesmas partes e causa de pedir e objeto mais amplo.

- 28- Liquidação de sentença por simples cálculo. Os cálculos serão:
- a) homologados, cabendo recurso de apelação.
  - b) homologados e, na seqüência, citado o devedor para pagamento ou indicação de bens à penhora.
  - c) homologados e, na seqüência, intimado o devedor para pagamento e indicação de bens à penhora.
  - d) objeto de citação para pagamento ou indicação de bens à penhora.
- 29- Da prova pericial - Da obrigatoriedade de laudo pericial como prova para apreciação do juízo. Perito judicial e a suspeição. Indicar alternativa correta:
- a) o perito será compromissado, poderá ser arguido de suspeito e a prova pericial somente se consubstancia no laudo pericial.
  - b) o perito não será compromissado, não poderá ser arguido de suspeito e a prova pericial somente se consubstancia no laudo pericial.
  - c) o perito não será compromissado, poderá ser arguido de suspeito e a prova pericial somente se consubstancia em laudo pericial.
  - d) o perito não será compromissado, poderá ser arguido de suspeito, mas a perícia poderá se constituir em laudo ou apenas da inquirição pelo juiz do perito e dos assistentes técnicos por ocasião da audiência, quando a natureza do fato o permitir.
- 30- Mandado de Segurança. Propositura sem os documentos indispensáveis à prova de direito invocado. Conseqüências.
- a) - relator dará oportunidade para que o impetrante sane a falha.
  - b) - relator indeferirá liminarmente a petição inicial, face a inaplicabilidade do princípio de "jura novit curia".
  - c) - o relator aguardará as informações da autoridade após o que, verificando a ausência de documentos indispensáveis, dará ao impetrante a oportunidade de completar o "WRIT".
  - d) - as partes poderão juntar documentos até o encerramento da instrução.

#### DIREITO CIVIL

- 31- Tem-se, quanto ao problema da unificação do Direito privado, lições dos mestres no sentido de que "o direito civil não é apenas uma das divisões do direito privado, mas continua sendo o direito comum em razão de compreender todo um conjunto de regras relativas às instituições de direito privado, aos

atos e às relações jurídicas". Quais foram os mestres da afirmação supra?

- a) Planiol, Ripert et Boulanger
- b) Vivante, Montanelli e Ellero
- c) René Savatier, Gaius e Ferrara
- d) Kelsen, Ruggiero e Planiol

32- A interpretação das normas jurídicas quanto aos meios poderá ser:

- a) autêntica, gramatical, histórica e jurisprudencial.
- b) histórica, doutrinal, autêntica e sistemática.
- c) gramatical, histórica, lógica e sistemática.
- d) sistemática, lógica, doutrinal e autêntica.

33- Num contrato de compra e venda pactuou-se a entrega de coisa incerta, indicando-se o gênero mas não a quantidade. Consequências:

- a) - a obrigação é inexistente.
- b) - o contrato deverá ser interpretado de forma benéfica para o credor, podendo o credor indicar a quantidade.
- c) - o contrato é anulável e responderá o devedor por perdas e danos.
- d) - o contrato é nulo e responderá o devedor por perdas e danos.

34- Obrigação de DAR. Relação da obrigação de dar coisa certa com as coisas acessórias.

- a) a coisa certa abrange a acessória.
- b) a coisa certa, por ser certa, não abrange a coisa acessória.
- c) a coisa certa abrange a acessória somente quando pactuado contratualmente.
- d) a coisa certa, ainda que pactuada, não abrange a acessória - posto que o pacto seria contra legis.

35- Da obrigação de restituir coisa certa. Caso em que a coisa restituível se deteriorou sem culpa do devedor. Consequências.

- a) o devedor apenas indenizará pelo valor mas não responderá por perdas e danos.
- b) o credor receberá a coisa na condição em que se encontrar, sem direito a indenização.
- c) o devedor responderá pela indenização da coisa mais perdas e danos.
- d) o devedor apenas responderá pelas perdas e danos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 36- Se o Congresso Nacional e o Poder Executivo não tomarem as medidas cabíveis à sustação de contrato a quem caberá a providência de decidir a respeito?
- a) ao Supremo Tribunal Federal.
  - b) ao Tribunal de Contas da União.
  - c) ao Presidente do Senado.
  - d) ao Presidente da Câmara;
- 37- Habeas Corpus. Concessão. Autoridade nega-se ao cumprimento da decisão do tribunal. Qual a medida cabível?
- a) a parte prejudicada tem ao seu dispor o mandado de segurança.
  - b) ofício ao Ministério Público para que proponha ação por crime de desobediência, com respectivo afastamento "in limine" da autoridade.
  - c) poderá usar do direito da reclamação.
  - d) compete ao Poder Executivo o cumprimento das decisões judiciais, através do Ministério da Justiça. A parte prejudicada pedirá que se expeça ofício àquele Ministério.
- 38- O sistema de controle interno será exercido:
- a) pelo Poder Executivo.
  - b) pelo Poder Executivo com a fiscalização do Poder Legislativo.
  - c) de forma integrada pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
  - d) Pelo Poder Executivo com a fiscalização do Congresso Nacional.

DIREITO INTERNACIONAL

- 39- Resolver sobre tratados internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- a) Congresso Nacional.
  - b) Presidente da República.
  - c) Congresso Nacional com a sanção do Presidente da República.
  - d) Presidente da República com o referendo do Congresso Nacional.

DIREITO PENAL

- 40- Advogado que, na qualidade de procurador, defende sucessivamente a parte contrária. Sabendo-se que se cuida de ação aci-

vil, dizer se o advogado comete ou não algum crime.

- a) comete o crime de patrocínio infiel.
- b) não comete nenhum crime.
- c) comete o crime de falsidade ideológica.
- d) comete o crime de tergiversação.

41- Crime de falso testemunho. Possibilidade de retratação.

- a) não admite a retratação.
- b) admite a retratação antes de proferida a sentença, mas o fato passa a ser punível como tentativa.
- c) admite a retratação antes ou depois da sentença, mas sempre antes do trânsito em julgado e o fato deixa de ser punível.
- d) admite a retratação somente antes de proferida a sentença e nesse caso o fato deixa de ser punível.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

42- Dos atos formais e materiais. Distinção.

- a) atos formais são considerados quanto à substância ou conteúdo. Atos materiais quanto ao Poder que os edita.
- b) atos formais e materiais são expressões sinônimas e são assim considerados quanto ao Poder que os edita.
- c) atos formais ou orgânicos são assim considerados quanto ao Poder que os edita; atos materiais ou substanciais são assim considerados quanto ao conteúdo.
- d) todos os atos editados pelo Poder Público são formais (ad solemnitatem) e materiais (conteúdo).

43- Segundo a lei, os Estados funcionam mediante a Administração Direta e Indireta. Indicar os órgãos da Administração Indireta e a natureza jurídica da empresa pública.

- a) - Ministérios, Secretarias, Autarquias e Sociedades de Economia Mista. Natureza autárquica fundacional.
- b) - Ministérios, Autarquias e Empresas Públicas. Natureza fundacional.
- c) - Secretarias, Sociedades de Economia Mista e Autarquias. Natureza de direito público.
- d) - Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Natureza de direito privado.

#### DIREITO PREVIDENCIÁRIO

44- A Seguridade Social rege-se por princípios constitucionais. Indique a alternativa correta.

- a) - universalidade de participação dos planos previdenciários.

- uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
  - seletividade e distribuição na prestação dos benefícios.
  - b) -universalidade de benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
  - uniformidade na prestação dos benefícios.
  - seletividade na participação dos planos previdenciários.
  - c) -equivalência dos planos previdenciários.
  - moralidade na participação dos planos previdenciários.
  - seletividade dos planos previdenciários.
  - d) - equivalência de benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
  - moralidade na participação dos planos previdenciários.
  - seletividade dos benefícios dos planos previdenciários.
- 45- É trabalhador avulso assim considerado pela previdência:
- a) aquele que presta serviços de natureza urbana ou rural, de de finidos no regulamento, a diversas empresas e sem vínculo empregatício.
  - b) aquele que prestar serviços a inúmeras empresas, agrupadas em entidade de classe, por intermédio desta e sem vínculo empregatício.
  - c) aquele que presta serviços na região portuária, agrupados em entidade de classe e sem vínculo empregatício.
  - d) aquele que presta serviços não contidos nos objetivos econômicos da empresa e sem vínculo empregatício.

#### DIREITO COMERCIAL

- 46- Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, a delegação da gerência a terceiros:
- a) depende de prévia concordância do contrato social.
  - b) depende de prévia concordância da unanimidade dos sócios.
  - c) pode ser feita contra disposição do contrato social, ficando o sócio-gerente responsável solidário pelos atos praticados pelo delegado.
  - d) está condicionada à realização de assembléia dos sócios, mediante aprovação por maioria simples.
- 47- Para a caracterização da figura do acionista controlador:
- a) basta a detenção da maioria das ações.
  - b) ser titular da maior parcela do capital social.
  - c) ser titular de direitos que lhe assegure a maioria de votos nas deliberações da assembléia geral.

*Fl 122  
cm*

d) ser detentor da maioria das ações com direito de voto e a efetiva utilização desse direito para a eleição da maioria dos administradores da companhia.

48- Na sociedade anônima, a responsabilidade patrimonial dos acionistas é:

- a) pela totalidade do capital social.
- b) correspondente ao preço das ações subscritas ou adquiridas.
- c) limitada ao valor das ações subscritas.
- d) limitada ao valor do patrimônio da sociedade.

49- A sentença trabalhista transitada em julgado:

- a) enseja falência, precedida de protesto, em processo autônomo perante a Justiça Civil.
- b) só admite o processo de execução no Juízo Trabalhista.
- c) não enseja pedido de falência.
- d) só admite medida cautelar no próprio processo de execução, perante a Justiça do Trabalho.

50- A falência do Empregador:

- a) rescinde o contrato de trabalho.
- b) suspende o contrato de trabalho.
- c) interrompe o vínculo empregatício.
- d) não extingue o vínculo laboral, que só ocorre com a cessação das atividades empresariais.